

boletim

EMPREGO em pauta



Número 0 - maio de 2016

DESEMPREGO EM ALTA

No primeiro trimestre de 2016, o desemprego atingiu 10,9% da força de trabalho brasileira e o número de desempregados chegou a 11,1 milhões de trabalhadores. Os números são muito superiores aos registrados entre janeiro e março de 2015, quando a proporção de desocupados foi estimada em 7,9%. Em apenas um ano, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas que declara ter necessidade de trabalhar e que busca ocupação aumentou em mais de 3 milhões.

No mesmo sentido, com menor abrangência territorial e conceito mais amplo da subutilização do trabalho, o Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (SPED), do DIEESE, da Fundação Seade e outros parceiros, mostra que haviam 2,8 milhões de desempregados apenas nas áreas metropolitanas de Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Paulo e no Distrito Federal, no primeiro trimestre do ano. Proporcionalmente à força de trabalho, isso corresponderia à taxa de desemprego superior a 15,0%, bem mais elevada que o registro feito entre janeiro e março de 2015 - em torno de 10,0 %.

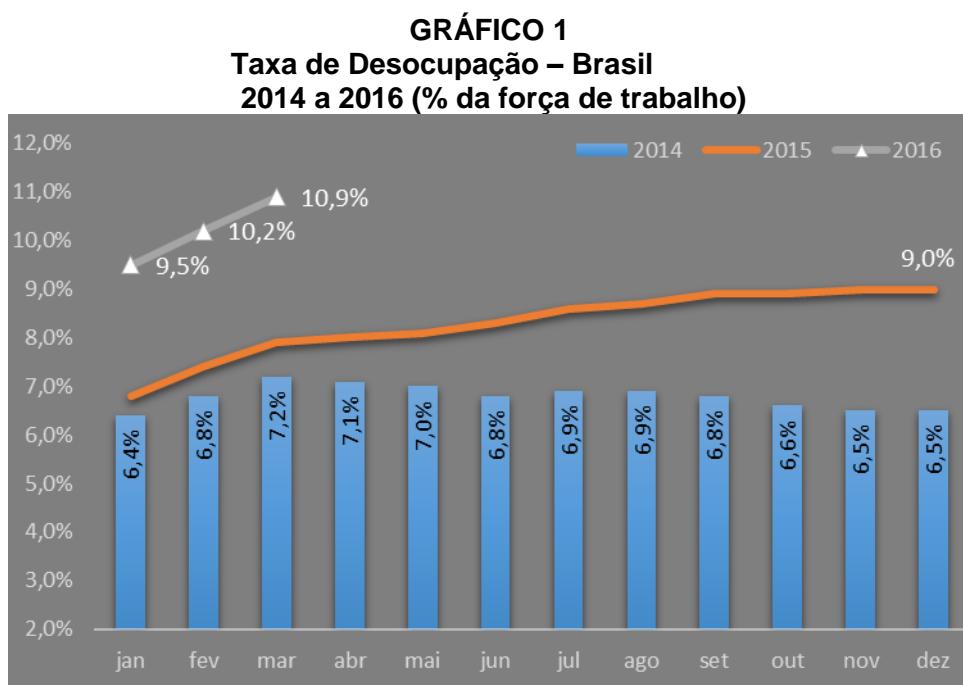
O momento é difícil, mas as perspectivas para o futuro do mercado de trabalho nacional, pelo menos em curto prazo, são ainda mais preocupantes: a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que observa tendências do mercado de trabalho em vários países, prevê um brasileiro em cada cinco novos desempregados no mundo, em 2017.

DESEMPREGO AVANÇA EM RITMO INTENSO DESDE O ÚLTIMO TRIMESTRE DE 2014

A passagem de 2014 para 2015 marca o início do crescimento da taxa de desocupação no Brasil. Desde o último trimestre de 2014, o número de desocupados cresceu 72%, aumento de 4,6 milhões de pessoas. A taxa de desocupação subiu 4,4 pontos percentuais. Essa ampliação do desemprego é consequência da incorporação de 2,4 milhões de pessoas à força de trabalho (que passou a contar com 101,7 milhões de pessoas) e, ao mesmo tempo, da destruição de 2,2 milhões postos.

Do total de pessoas que entraram no mercado de trabalho, apenas 14 mil foram da inatividade para a força de trabalho. As demais refletem o movimento demográfico, ou seja, são pessoas que passaram para a população em idade ativa, com 14 anos ou mais de idade. Já o fechamento de postos

de trabalho foi resultado do impacto da intensificação da crise sobre a atividade econômica e da retração do Produto Interno Bruto (PIB) no período.



Fonte: IBGE/Pnad Contínua

RETRAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO AVANÇA DA INDÚSTRIA PARA OS DEMAIS SETORES

A indústria foi o setor mais afetado pela crise econômica. Desde o final de 2014, o nível de ocupação do setor apresentou redução de 12,7%. São 1,7 milhão de ocupações a menos.

O setor que mais emprega, os serviços, apresentou queda de 1,3% no número de ocupados, com fechamento de 509 mil postos de trabalho. O número de ocupados na agricultura ficou estável, 9,4 milhões de pessoas, entre o último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2016. Ao mesmo tempo, houve aumento de 293 mil trabalhadores nos serviços domésticos, entre o final de 2014 e o primeiro trimestre de 2016.

O número de ocupados no segmento do comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas apresentou resultado relativamente estável em 2015, mas começou 2016 com menos 280 mil ocupações.

A construção civil perdeu 640 mil ocupados até meados de 2015 em relação ao último trimestre de 2014. Porém, no segundo semestre, o número de ocupados cresceu e fechou o ano com resultado positivo. Entretanto, repetindo o desempenho do ano anterior, o primeiro trimestre de 2016 foi de queda (-1,2%), com 380 mil ocupados a menos no setor.

Quando analisada a variação apenas do último trimestre, com exceção da estabilidade na agricultura, todos os setores fecharam postos de trabalho entre o último trimestre de 2015 e o primeiro

de 2016, o que indica acirramento e generalização da crise do emprego no Brasil, conforme os dados da Pnad analisados.

OCUPAÇÕES MAIS PROTEGIDAS SÃO AS MAIS AFETADAS

No setor privado, os empregos tiveram queda importante entre o último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2016: estima-se a redução de quase 1,9 milhão de empregos formais, com registro em carteira de trabalho, e o decréscimo de 765 mil postos sem carteira de trabalho assinada. Além disso, inserções ocupacionais como a de empregadores (-216 mil) e a de empregados no setor público (-632 mil) também diminuíram, no último caso, consequência do ajuste fiscal dos governos de estados e municípios.

Em contrapartida, houve aumento das ocupações menos protegidas pela legislação, como o trabalho por conta própria (ampliação de 1,4 milhão de ocupados) e do trabalho doméstico (240 mil). Por outro lado, o número dos que atuam como trabalhador familiar auxiliar, ocupação também pouco protegida, teve queda de 411 mil pessoas no período.

Apesar da forte redução do emprego no setor privado com carteira de trabalho assinada, os resultados da Pnad Contínua revelam a importância da contribuição à Previdência Social de trabalhadores por conta própria e domésticos.

Além da redução mais acentuada das admissões em relação aos desligamentos, em 2015, foram registradas no emprego formal, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged/MTE), algumas alterações nas características dos vínculos desligados e dos tipos de desligamento. Primeiro, aumentou o número de desligamentos dos vínculos com maior tempo de duração, em todas as faixas superiores a um ano de tempo de emprego. Ao mesmo tempo, caiu o número de desligamentos com menos de um ano, o que, somado à redução das admissões, implicou forte redução da participação do estoque de vínculo nessas faixas, particularmente com tempo de emprego inferior a seis meses. Essa mudança no tempo de permanência no emprego não pode ser atribuída a uma redução da rotatividade, mas sim à forte queda da atividade econômica, que resultou no duplo movimento de redução das novas contratações e de demissão de trabalhadores com maior tempo de emprego.

CRESCIMENTO DA DESOCUPAÇÃO É MAIOR ENTRE OS JOVENS E PESSOAS COM 40 ANOS OU MAIS

A ampliação da população com idade superior a 14 anos e os poucos mecanismos de proteção que garantem renda familiar mínima e adiam a entrada dos jovens no mercado de trabalho, no momento de alta do desemprego, a partir do último trimestre de 2014, levaram a uma mudança na distribuição etária dos desocupados.

Os dados da Pnad revelam que, apesar de ter afetado todas as faixas etárias, a desocupação cresceu de forma mais acentuada entre os jovens de até 24 anos e os adultos acima de 40 anos. Isso ampliou a parcela dessas faixas etárias no total de desocupados, em relação às pessoas com idade intermediária entre 25 e 39 anos, as quais tiveram participação reduzida de 37,3% para 34,7% no total de desocupados, entre o último trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2016.

Entre os jovens, que correspondem a 43,2% no total de ocupados no início de 2016, o crescimento mais expressivo ocorreu para os que tinham idade entre 14 e 17 anos: aumento de 80,5% da taxa de desocupação, que passou a 37,9%. Entre os jovens de 18 a 24 anos, a taxa de desocupação cresceu 70,9%, atingindo 24,1% no primeiro trimestre de 2016. Para os adultos entre 25 e 39 anos, a taxa de desocupação ficou em 9,9% e para os que têm entre 40 e 59 anos, foi de 5,9%, após crescimento de 57,1% e 78,8%, respectivamente.

Nos movimentos observados pelo SPED, pautados pela ausência de elevação demográfica, o desemprego é maior para mais jovens, mulheres e trabalhadores com ensino médio. Porém, na comparação com o trimestre encerrado em março de 2015, o crescimento das taxas foi maior para chefes de domicílio, homens, pessoas com idade superior aos 25 anos e maior escolarização. Na metrópole paulistana, o perfil dos desempregados indica que, no primeiro trimestre de 2016, 25,7% são chefes de domicílio, 49,5%, pessoas com ensino médio, e 11,1%, com ensino superior.

IMPACTO EM TODAS AS REGIÕES

A região Nordeste apresentou a maior taxa de desocupação entre as regiões (12,8%), seguida pelo Sudeste, onde a taxa subiu 4,8 pontos percentuais e passou de 6,6% para 11,4%.

O Norte e o Sul foram as únicas regiões em que o número de ocupados cresceu ao longo de 2015 (0,8% e 0,4%, respectivamente), embora em ritmo menor que a força de trabalho. Esse crescimento foi sustentado pelo aumento no número de trabalhadores por conta própria (9,5%), na região Norte, e no número de trabalhadores dos serviços domésticos (9,4%), na região Sul.

No entanto, o primeiro trimestre de 2016 registrou queda no número de ocupados em todas as regiões, o que foi intensificado pela tendência sazonal de desaquecimento do mercado de trabalho, típico dos primeiros meses do ano. A região Nordeste apresentou a maior queda na ocupação em relação ao trimestre anterior (-3,0%) e a Sul, a menor (-1,2%), na comparação dos resultados do último trimestre de 2014 com o primeiro de 2015, segundo a Pnad.

RENDIMENTO DO TRABALHO INTERROMPE TRAJETÓRIA DE ELEVAÇÃO

A deterioração do mercado de trabalho brasileiro teve impactos nos rendimentos dos trabalhadores. Entre o quarto trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2016, a redução no número de ocupados resultou em queda real de -4,3% na massa total de rendimentos do trabalho¹. E o rendimento médio real caiu de R\$ 2.014 para R\$ 1.966, baixa de -2,4%.

No mesmo período, o trabalho por conta própria cresceu 6,5%. Além de se sujeitarem a menos proteção trabalhista, característica desta posição na ocupação, os trabalhadores por conta própria tiveram redução de -5,5% nos rendimentos, o maior entre todos os tipos de ocupação.

¹ Refere-se à estimativa da massa real de rendimento de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade.